



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA CENTRO DE
CIÊNCIAS DE SÃO BERNERDO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS HUMANAS /SOCIOLOGIA**

LAÍS DE SOUSA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

SÃO BERNARDO-MA

2025

LAÍS DE SOUSA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas/Sociologia, da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito para
obtenção do diploma de graduação em
Ciências Humanas

Orientador: Dr. Josenildo Campos Brussio

SÃO BERNARDO-MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

de Sousa Silva, Laís.

Educação Especial e Educação Inclusiva no processo de
formação de professores / Laís de Sousa Silva. - 2025.

21 p.

Orientador(a): Josenildo Campos Brussio.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade
Federal do Maranhão, São Bernardo, 2025.

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3.
Formação de Professor. I. Campos Brussio, Josenildo. II.
Título.

LAÍS DE SOUSA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas/Sociologia, da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito para
obtenção do diploma de graduação em
Ciências Humanas

Orientador: Dr. Josenildo Campos Brussio

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Karine Martins Sobral – (Avaliadora Interna)
Curso de Ciências Humanas-Sociologia
(CCSB/UFMA)

Prof. Dr. José Marcelo Costa dos Santos – (Avaliador Externo)
Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa (CCSB/UFMA)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus,
a minha família e amigos que fizeram parte
da minha trajetória, por terem me ajudado e
incentivo nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar no caminho certo, por me dá uma luz nos momentos de medo e aflição.

A minha família, por ter me apoiado e ajudando, em todos os momentos, agradeço a minha filha Elisa Silva Damasceno, que hoje se tornou meu maior incetivo.

Ao meu marido, José Damasceno Silva Neto, que sempre esteve do meu lado me ajudando em tudo que necessitava, sendo compreensivo, agradeço por passar noites e noites acordado comigo. Agradeço aos momentos que me levava para UFMA, aos momentos difíceis que passamos, mas sempre esteve ali apoiando meu sonho.

Agradeço a minha mãe, Maria Eunice De Sousa, que sempre me apoiava e ao meu pai, Francisco Vieira Da Silva, que mesmo não estando presente entre nós me deu força para lutar, aos meus irmãos, aos meus sogros que sempre me incentivaram.

Agradeço aos meus amigos Helena, Dackson, vocês foram fundamentais nesse processo, obrigada por cada momento juntos pelos risos, as brincadeiras, as brigas, as conversas, foram momentos maravilhosos. Agradeço os meus outros amigos que fizeram parte da minha jornada acadêmica.

Agradeço ao meu orientador Josenildo Brussio, que aceitou fazer parte da minha jornada desde 2023. Agradeço ao grupo de pesquisa GEPEMADEC, que ampliou meu conhecimento com os bons debates.

Agradeço à professora Dra. Karine Martins Sobral (UFMA) pela disponibilidade em participar como membro interno da banca e pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas.

Agradeço ao professor Dr. José Marcelo Costa dos Santos (UFMA) pela disponibilidade em participar como membro externo da banca e pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas.

Obrigada por tanto, cada um de vocês fazem parte da minha história.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Laís De Sousa Silva¹

Josenildo Campos Brussio²

RESUMO

A presente pesquisa surge da experiência acadêmica vivenciada na disciplina optativa de Educação Inclusiva, evidenciando as dificuldades históricas e atuais enfrentadas por pessoas com deficiência no contexto educacional. O trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação docente diante dos desafios impostos pela Educação Especial e pela Educação Inclusiva, problematizando o preparo dos profissionais para atuar em contextos educacionais que exijam práticas pedagógicas inclusivas. O percurso metodológico adotado é de natureza bibliográfica, descritiva e analítica, com base em obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações, monografias e documentos oficiais que consolidam os marcos legais e conceituais da área. A investigação busca compreender as aproximações e distanciamentos entre os campos da Educação Especial e da Educação Inclusiva, destacando como a formação docente pode contribuir para a superação de práticas excludentes ainda presentes no cotidiano escolar. A análise contempla três eixos: primeiramente, uma revisão sobre a origem e as características da Educação Especial, marcada por uma atuação segregadora no passado; em seguida, uma abordagem sobre a formação docente na contemporaneidade, que demanda a construção de currículos críticos e condizentes com a diversidade escolar; por fim, a inclusão como princípio basilar da justiça educacional e como responsabilidade da formação inicial e continuada de professores. Os resultados apontam para a urgência de uma formação docente pautada em práticas reflexivas e comprometidas com a transformação social, evidenciando que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da superação de barreiras pedagógicas, atitudinais e institucionais. O estudo reafirma a importância de se repensar o papel do professor como agente ativo na promoção de uma escola plural, acolhedora e equitativa, contribuindo para a construção de um sistema educacional que valorize a diferença e assegure o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chaves: Educação Especial; Educação Inclusiva; Formação de Professor.

ABSTRACT

This research stems from the academic experience of the elective course Inclusive Education, highlighting the historical and current difficulties faced by people with disabilities in the educational context. The work aims to reflect on teacher training in light of the challenges

¹ Discente do Curso de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – Campus de São Bernardo. Artigo entregue para o Trabalho Final de Conclusão de Curso II.

² Doutor em Psicologia Social (UERJ). Professor Associado III do Curso de Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Centro de Ciências de São Bernardo/MA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente e Cultura (GEPEMADEC) e do Laboratório de Estudos do Imaginário (LEI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7721-9199>. E-mail: josenildo.brussio@ufma.br.

posed by Special Education and Inclusive Education, problematizing the preparation of professionals to work in educational contexts that require inclusive pedagogical practices. The methodological approach adopted is bibliographical, descriptive, and analytical in nature, based on academic works, scientific articles, dissertations, monographs, and official documents that consolidate the legal and conceptual frameworks of the field. The investigation seeks to understand the similarities and differences between the fields of Special Education and Inclusive Education, highlighting how teacher training can contribute to overcoming exclusionary practices still present in everyday school life. The analysis encompasses three axes: first, a review of the origins and characteristics of Special Education, marked by a segregating approach in the past; Next, an approach to teacher training in contemporary times, which demands the development of critical curricula consistent with school diversity; finally, inclusion as a fundamental principle of educational justice and as a responsibility of initial and continuing teacher training. The results point to the urgent need for teacher training based on reflective practices and a commitment to social transformation, highlighting that the consolidation of a truly inclusive education depends on overcoming pedagogical, attitudinal, and institutional barriers. The study reaffirms the importance of rethinking the role of the teacher as an active agent in promoting a pluralistic, welcoming, and equitable school, contributing to the construction of an educational system that values difference and ensures the right to learning for all students.

Keywords: Special Education; Inclusive Education; Training Teacher.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca do presente tema de pesquisa surgiu durante a disciplina optativa de Educação Inclusiva, com carga horária de 60 horas, ofertada no quarto período semestre de 2021.1, por uma professora Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), professora Camila Oliveira Neves.

Durante esta disciplina foi enfatizado o descaso da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo, demonstrando as dificuldades em relação à educação de pessoas com necessidades especiais. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, em seus princípios e fundamentos, garante “uma educação para todos”. Mas, podemos ressaltar que nem todos têm acesso a esse direito. Por meio desta disciplina, pude observar a importância da Educação como ação transformadora.

Educar crianças, adolescentes e adultos não é uma tarefa fácil, educar ou auxiliar sem nenhuma formação ou preparo, sem propostas para remover barreiras, sem ações pedagógicas que auxiliam no processo de eliminar os obstáculos na participação dos alunos durante o processo de ensinamento, sem ações que possam mudar a postura dos alunos na discriminação e preconceito que muitas crianças passam na escola. Pois, segundo Plaisance (2015, p.231), as pessoas com deficiência eram chamadas de: “anormal, retardado, débil, enfermo, inválido,

incapaz, ineducável ou semieducável”, atribuindo-se, assim, uma identidade negativa na vida das pessoas.

Dessa maneira, a Educação Especial surgiu com o intuito de valorizar as pessoas que eram excluídas do processo educacional para que fossem inseridas na educação. Mas, para que isso se tornasse realidade, surgiram muitas lutas e movimentos para a criação de leis que favorecessem a todos. Neste contexto, a proposta de uma Educação Inclusiva surgiu pela primeira vez na Declaração de Salamanca (1994), propondo um caminho longo a ser seguido para que de fato haja um sistema educacional que inclua a todos.

Quanto ao plano metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e analítica, na qual nos debruçamos em textos de dissertações, monografias, artigos científicos para a construção de nossas reflexões e argumentações.

A pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007, p. 122),

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Dessa forma, também nos utilizamos de documentos oficiais da área de Educação que representam os marcos legais e conceituais da Educação Especial e da Educação Inclusiva para melhor esclarecimentos dos conceitos, características, aproximações e distanciamentos desses campos de atenção e estudos educacional.

Deste modo, o presente artigo vem enfatizar a formação do docente mediante a educação especial e inclusiva, organizado em três seções que discutem o tema. Na primeira seção, trazemos a discussão sobre a diferença entre a educação especial e educação inclusiva, destacando o surgimento da educação especial na década de 1970, focando no atendimento educacional a pessoas com diferentes tipos de deficiência, mas de forma segregada do ensino regular.

Na segunda seção, decidimos enfatizar a formação de professores e sua relação com a educação contemporânea, destacando a importância de um currículo que atenda à realidade das escolas e a necessidade de capacitação adequada para enfrentar os desafios do sistema educacional. Os autores Giroux, Tardif e Contreras enfatizam diferentes visões sobre o papel do professor, sendo crucial a adoção de uma abordagem crítica e transformadora na educação.

Na terceira seção, abordamos a inclusão como um conceito fundamental que se estende

a diversos contextos, sendo crucial para o reconhecimento da identidade de diferentes grupos. A inclusão é vital para assegurar igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade, independentemente das características individuais dos alunos. A formação docente emerge como elemento central na adaptação das práticas educativas, promovendo transformações necessárias no currículo e no ensino.

1 A DIFERENÇA ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial foi implementada no Brasil a partir de 1970 e se tornou uma preocupação do sistema educacional para o acesso escolar de pessoas com deficiência. Naquela época, configurou-se como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado apenas para pessoas com deficiência auditiva, mental, visual, motoras, física ou distúrbios de aprendizagem, que não se enquadrava nas escolas do ensino regular. A Educação Especial partiu da tentativa de normalizar a vida das pessoas com deficiência para que elas pudessem usufruir dos seus direitos.

Segundo o Artigo 58 da LDB, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Educação Especial refere-se “a uma educação como prioridade a ser administrada para pessoas com deficiência, ou seja, para atender às necessidades com o intuito de inseri-lo no processo de aprendizagem segregado”.

No contexto da Educação Especial não se desenvolvem apenas programas e leis, mas infraestruturas que atendam a todos, deste modo, são estabelecidas habilidades que auxiliam no desenvolvimento de níveis de aprendizagem. No entanto, a Educação Especial é direcionada diretamente para pessoas com necessidades especiais.

Mesmo incluindo pessoas com necessidades especiais nas escolas, ainda havia barreiras pedagógicas e urbanistas a serem rompidas. Para novas expectativas, na educação foi necessário repensar uma educação menos segregada, que não mantivesse as pessoas com deficiência distantes da sociedade e da socialização, pois a educação é capaz de libertar a humanidade para a consolidação da emancipação.

Deste modo, em 1990, foi implementada a Educação Inclusiva com o intuito de oferecer uma educação que envolva a todos, sem distinção, sem segregação, sem seleção socioeconômica, cultural, ou racial,. A Educação Inclusiva por sua vez está diretamente ligada em desenvolver estratégias e mecanismos para atender todas as necessidades do processo de aprendizagem, diferente da classe comum que os alunos deveriam se adequar ou sistema educacional.

No entanto, vale ressaltar que:

A Educação inclusiva se baseia justamente no pressuposto de que se a escola oferecer um currículo flexível e vinculado aos interesses individuais e sociais dos alunos, garantir acessibilidade de locomoção e comunicação em suas dependências, e desenvolver metodologias e práticas pedagógicas que atendam às demandas individuais, todos terão condições de aprender e se desenvolver juntos (Glat et al., 2007, p. 350).

Deste modo, a proposta é que todas as crianças sem e com deficiência tenham o direito de uma educação que reconheça e respeite as diferenças, no entanto, a Educação Inclusiva implica na reestruturação de todo o sistema educacional, pois:

A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade (Glat et al., 2007, p. 350).

Vale enfatizar que a diversidade não estabelece uma educação de fato inclusiva, sem o reconhecimento de pertencimento, pois as dificuldades se estabelecem pelas barreiras da sociedade. Partindo desta perspectiva, a educação inclusiva deve se adaptar constantemente para oferecer uma aprendizagem que possibilite transformar o sistema educacional diante do conhecimento.

Plaisance (2005) discute a importância das terminologias usadas na Educação Especial, destacando que muitas vezes as palavras são obstáculos na vida de pessoas com necessidades especiais, pois o preconceito ainda está enraizado. As denominações direcionadas às pessoas eram doente mental, anormal, retardado, débil mental. Deste modo, Plaisance (2005) ressalta que as denominações sejam levadas a uma reflexão crítica, que sejam questionadas o seu real significado e sua relação com a realidade.

Assim a discussão sobre as denominações emerge não só como reflexão, mas como devemos agir mediante a linguagem a ser utilizada.

A Educação Inclusiva é compreendida, ainda, como uma proposta educacional voltada a todos e todas que desejam ingressar no espaço escolar, sob a perspectiva do convívio com as diversidades. Nessa perspectiva, todos os integrantes da escola tendem a obter mais benefícios do que perdas, desde que estejam amparados por recursos físicos e humanos de qualidade. Isso porque, segundo Pacheco (2007), não se trata de simplesmente inserir um “deficiente” em cada turma para reduzir o número de alunos ou para criar caricaturas de inclusão, mas sim de reconhecer que as práticas escolares tornam-se deficientes quando se baseiam no

pressuposto equivocado de que todos os sujeitos são iguais. As palavras utilizadas, as expressões faciais, os olhares, os gestos e demais aspectos da interação cotidiana são questões relevantes que devem ser consideradas com criticidade no processo de construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

A referência à história das denominações e das representações é fundamental, pois permite perceber o desgaste das palavras que já foram utilizadas e que se tornaram bastante pejorativas para nós. Citam-se algumas: anormal, retardado, débil, enfermo, inválido, incapaz, ineducável ou semieducável... Como sugerido anteriormente, essas designações subentendem obstáculos insuperáveis, intrínsecos às próprias pessoas, inerentes. Obstáculos para a educação, para o trabalho, para a vida cotidiana. Em suma, impedimentos consubstanciais (Plaisance, 2015, p. 231).

Estas expressões colocam uma intenção negativa e estigmas ruins às pessoas com deficiências, estes atributos negativos colocam em descrédito uma pessoa, as tornas vítimas de preconceitos e palavras estigmatizadas negativamente. E estes elementos acabam fazendo parte da identidade e da vida cotidiana destas pessoas.

Dessa forma, é preciso compreender como estas expressões utilizadas no campo da educação para as crianças com necessidades especiais, como as organizações lidam com estas situações, como encaramos os desafios e contradições de todo esse processo e que fiquemos atentos juntamente aos profissionais da educação e da saúde sobre as práticas e os obstáculos vividos todos os dias e compartilhados com as pessoas com deficiências. Ao longo da história estas pessoas foram maltratadas, violentadas e colocadas em lugares de extrema precariedade e violência. Tratadas com brutalidades e vistas como inferiores.

Então as prisões, os hospitais psiquiátricos, os asilos para as pessoas incapazes de atender às suas próprias necessidades, os quartéis, assim como as instituições religiosas que promovem um retiro do mundo exterior. Nesses lugares, funcionam ao mesmo tempo uma comunidade residencial e uma organização regulamentada. Paralelamente a essa construção de um tipo ideal de instituição, Goffman buscou descrever a vida cotidiana dos pacientes no hospital psiquiátrico que observou. Essa vida de “recluso” (tradução do inglês inmate) se desenrola no mesmo lugar, seguindo normas burocraticamente estabelecidas, sejam quais forem às atividades (Plaisance, 2015, p. 232).

Este momento da história humana consagrou muitos traumas e horrores vividos por estas pessoas, e os reflexos destes momentos permanecem dispostos na história nos fazendo refletir, lamentar e reavaliar nossas ideias, nossas crenças e ciências, nossas práticas e pensamentos com os nossos semelhantes. As pessoas com deficiência viveram momentos de segregação e isolamento, definidas como “anormais” e inferiores.

Este momento nos fez perceber que precisávamos de novas formas e ações para nos

relacionar com estas pessoas, tornar os lugares e escolas adequados para recebê-los, principalmente as escolas porque é lugar de crescimento, socialização e formação do indivíduo, formação esta juntamente com a família e a sociedade de modo geral.

Desse modo, a forma como se organizam muitas escolas não permite, efetivamente, dar respostas aos diferentes. Com um sistema educacional munido de recursos qualificados, as pessoas com deficiência não seriam apenas inseridas nas escolas, elas seriam integradas e participativas e poderiam vir a contribuir com a inclusão social (Pacheco, 2007).

Acreditamos que, para a implementação da Educação Inclusiva são necessários administradores preocupados com a reforma, com a reestruturação e com a renovação de suas unidades de ensino.

Consideramos que investir na formação dos profissionais é um elemento determinante para inclusão, como garante a Lei 9394/96 em seu artigo 59 inciso III, ao determinar que os sistemas de ensino assegurem professores especializados e capacitados para atender os estudantes com deficiência (Brasil, 1996). Entretanto, para ser inclusiva a escola não depende somente do professor, a quem hoje se responsabiliza quase que exclusivamente pelo desempenho dos estudantes, sem considerar que o Estado nem sempre fornece condições favoráveis de trabalho. Faz-se necessário que haja uma mudança de mentalidade, uma reformulação total do modo de pensar e agir da sociedade, das escolas e seus profissionais, incluindo os gestores, docentes e técnicos, sem esquecermos o imprescindível investimento em formação e equipamentos, previstos na legislação, mas muitas vezes sem efetivação nas políticas públicas (Lino; Lopes, 2021, p. 02).

A história da educação das pessoas com deficiência possui muitas dificuldades vistas e desafios enfrentados, pois enfrentaram a exclusão, o preconceito, o tardio acesso à escolarização. Durante muito tempo essas pessoas passaram por estas dificuldades, apenas na segunda metade do século XX que começa a se pensar e desenvolver novos paradigmas socioeducacionais, para que estas pessoas possam ser inseridas nos espaços sociais, instituições escolares, e que estes espaços possam se adequar e se preparar para recebê-los com qualidade, excelência e inclusão. Desse modo a educação é essencial para formação do cidadão e transformação da sociedade.

2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Falar sobre os problemas em torno da Educação Especial e da Educação Inclusiva, leva-nos a refletir, inicialmente, a respeito da formação dos professores, nas suas diferentes dimensões pedagógicas e científicas e suas articulações de interesse educacional, seu reconhecimento nos processos educativos e sua legitimidade nas práticas docentes do ensino formal.

Outro ponto que se faz necessário enfatizar é a formação inicial docente, na qual se deixam muitas lacunas e, por isso, se torna importante pensar o currículo em torno da Educação Especial e a Educação Inclusiva. Será que está sendo elaborado de acordo com a realidade escolar, onde os futuros professores seguirão suas trajetórias profissionais?

No artigo *Contribuições de Giroux, Tardif e Contreras Para Pensar a Formação de Professores*, os autores Bett et al., (2018) discorrem sobre a educação dos professores relacionada à sua formação, que vem enfrentando diversos desafios na contemporaneidade, com uma influência intensificada da política na educação em um controle que se perdura na perda da autonomia e resistência. Isso torna o professor proletarizado do seu conhecimento tornando-o submisso às questões as quais não decide, pois, a proletarização é uma desvalorização profissional, na qual o docente é mão de obra assalariada (somente) a serviço dos interesses da classe dominante, deste modo, o professor é controlado externamente.

Vale destacar que os três pensadores, citados no artigo, têm visões diferentes sobre o professor: Giroux enfatiza que o professor deve ser crítico e transformador no processo de educar; Tardif, por outro lado, discute que os professores deve ser o portador do conhecimento, e devem agir conforme sua competência; Contreras, por fim, discorre sobre a postura do professor como questionador de sua instituição de trabalho onde pode transformar.

Deste modo, quando enfatizamos a formação de professores, a instituição universitária se torna um destaque a ser pensando, pois:

A universidade responsável direta pela formação do profissional da educação vem sofrendo a influência do estado, que tem intensificado as políticas de controle, atrelando a formação do professor ao processo de racionalidade técnica, levando a proletarização do professor que se caracteriza pela perda de sua qualificação para planejar, analisar, atuar e avaliar e do controle sobre seu processo de trabalho, o que o torna refém do controle externo, diminuindo progressivamente sua capacidade de autonomia e resistência (Bett et al., 2018, p. 80).

Assim, podemos observar que através da instituição de ensino universitário, formar o professor para o trabalho nas escolas, é uma grande responsabilidade social e política. Mas será que o professor está de fato pronto para enfrentar a realidade escolar, visto que o professor segundo Tardif, geralmente é estereotipado como difusor de ideias incontestadas, como o portador do conhecimento?

Segundo Paulo Freire (1996, p. 41), “como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho”. Assim, o professor deve estar em constante formação, estudando e atualizando os seus conhecimentos, atento às dinâmicas da realidade social em que vive para que possa direcionar os seus alunos à uma educação crítica,

reflexiva e emancipadora.

Vale ressaltar, que os professores, infelizmente, encontram-se cada vez mais afastados dos conhecimentos para um melhor desempenho de suas atividades, visto que há limitação de recursos, dadas as dificuldades existentes em muitos programas de formação, bem como no próprio sistema de ensino. As salas superlotadas, a falta de material pedagógico para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a carência de espaços físicos e lúdicos no ambiente escolar.

Na prática educativa, a didática, às vezes, é considerada simplesmente como um plano de ensino, que em sua essência poderia categorizar os ritmos e assuntos de uma aula, tornando-a técnica do ponto de vista pedagógico, mas que muitas vezes sequer sai do papel. Por outro lado, a didática, em primeiro plano, deve se preocupar com a formação do professor o qual irá ministrar os conteúdos em sala de aula com os seus alunos. O papel não se restringe a apenas elaborações, como dito no texto, ela está atrelada ao ramo dos conhecimentos pedagógicos, inclui isto, a preparação do aluno e a sua educação.

Desta forma, a didática surge como uma melhor ampliação e rigor do ensino nas atividades se tratam de um planejamento, mas caminhos possíveis nos ritmos de aprendizagem. O surgimento da didática ocorre no século XVII, com Comênio na modernidade, mas havia pensadores que construíram o pensamento europeu, isto formulou as concepções pedagógicas que são a pedagogia tradicional e pedagogia renovada.

A primeira se refere aos agentes externos, a partir da palavra do professor, a segunda valoriza a liberdade da criança no processo de aprendizagem. Essas concepções pedagógicas no Brasil são de cunho liberal e progressista. A liberal é contida pela pedagogia tradicional, renovada e tecnicista. A de cunho progressista é composta pela pedagogia libertadora, e a crítico-social dos conteúdos.

A pedagogia tradicional tem como características a transmissão de atividades por meio imperativo do professor, sem levar em conta a subjetividade do aluno na maneira como aprende. Tem com projeto tornar automático o ensino do aluno, uma “máquina”. A pedagogia renovada se impõe a tradicional, considera apenas o incentivo ao aluno, o professor deixar de ser centro abrindo espaço para o aluno, sendo agora o mediador que propõe atividades facilitadoras para o aluno, deixando o aluno buscar por si mesmo conhecimento.

A pedagogia tecnicista é feita no princípio da racionalidade, correspondendo aos interesses da sociedade industrial, ou seja, junto com o avanço tecnológico e o sistema capitalista, sendo a escola uma meta reprodutora de indivíduos para o mercado de trabalho. Essas concepções pedagógicas citadas são de cunho liberal.

Para Brighente e Mesquida (2016), a pedagogia libertadora, desenvolvida pelo educador Paulo Freire, propõe uma abordagem crítica da educação, voltada para a transformação das estruturas sociais, como as relacionadas à economia, à política e aos movimentos sociais, incentivando a reflexão sobre as condições de vida. Essa perspectiva compreende o ensino como uma atividade que envolve o questionamento da realidade e a atuação consciente do ser humano com o objetivo de transformá-la, considerando que o processo educativo deve estar comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pedagogia crítico-Social dos conteúdos consiste na mediação de objetivos e métodos de ensino, com o objetivo de compreender a realidade social, ou seja, o conhecimento. Desta forma é preciso considerar na transmissão do ensino o modelo de didática utilizado pelo professor e investir em meios de qualificá-lo adequadamente.

A formação de professores está atrelada com a prática e a teoria na aplicação em sala de aula através dos conhecimentos que se acumularam entre seus anos de academia, conhecimentos esses que por meio da precarização das escolas públicas se perderá no caminho, pois o professor com sua formação estará de fora da realidade escolar.

Segundo Contreras, a proletarização docente nos leva a compreensão de que o trabalho docente vem perdendo significativamente uma série de qualidades, sendo a principal delas: a autonomia (Bett et al., 2018, p. 86), pois a proletarização docente:

Desmistifica as atividades pedagógicas do professor como ocupação especializada pertencente ao campo dos profissionais liberais, resultando na perda de seu status social. Ao mesmo tempo, determina a construção de sua nova identidade social, isto é, a de um profissional submetido às mesmas contradições socioeconômicas que afetam a existência material dos trabalhadores manuais, mas cujo ofício não se identifica com o deles (Bett et al., 2018, p. 87).

A docência é um desafio muito grande, pois há um sistema educacional cheio de burocracia que o distancia da realidade de muitas escolas, pois “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática” (Freire, 1996, p. 39)

Assim, coloca-se ainda que “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p. 22), pois a docência é buscar inovar-se em sua prática, visto que, na contemporaneidade, o professor se torna um pesquisador, cientista e intelectual, e deve buscar se adequar cada vez mais aos contextos da realidade dos alunos, reconstruindo seu conhecimento. Mas, para que isso aconteça, é preciso uma prática reflexiva engajada, pois:

O professor reflexivo se caracteriza como um ser humano criativo, capaz de refletir,

analisar, questionar a sua prática a fim de agir sobre ela e não como um mero reprodutor de ideias modelos que lhes são exteriores. Consequentemente espera-se que o professor reflexivo seja capaz de atuar de uma forma mais autônoma, inteligente, flexível, buscando construir e reconstruir conhecimentos (Bett et al., 2018, p. 89).

Desse modo, a Educação Inclusiva tem sido um tema bastante debatido na atualidade, porque tem sido uma realidade existente e presente no ambiente educacional, defendida por diversos estudiosos educacionais e amparada pela constituição de 1988 que garante o direito a educação a todos sem distinção, seguida pela LDB 9.394/96 que define a educação especial, tendo também no parecer do CNE/CEB nº17/2001 um grande defensor das diretrizes para a educação especial na educação básica.

Estes documentos não devem só apoiar que ela aconteça, mas afirmar que ela será efetiva, desde as preocupações na permanência do aluno com necessidades especiais na escola, ao ensino de qualidade ofertado e, sempre revisando conceitos e paradigmas, garantindo um desenvolvimento integral desses alunos.

Segundo Libâneo (2015), a educação desenvolve uma função de humanização, pois permite que o indivíduo se aproprie do que foi produzido cultural e historicamente, aproximando-o da condição humana e tornando-o capaz de exercer seus direitos e cumprir seus deveres como cidadão. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, estabelece que a educação infantil, por ser a primeira etapa da educação básica, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, funcionando como uma extensão das ações realizadas pela família e pela comunidade.

Compreende-se que os indivíduos deficientes podem ser entendidos como aqueles que dispõem de limitações motoras, cognitivas, altas habilidades, síndromes variadas linguísticas, particulares mentais, de natureza física, sensorial ou intelectual, que podem limitar sua evolução educacional. Legitimando uma educação igualitária, com inclusão de todos, temos a seguinte problematização: qual a importância de a inclusão ocorrer na educação infantil?

A educação infantil é a segunda via de socialização das crianças e é nesse âmbito em que seus aspectos motores, cognitivos, afetivos e psicológicos são estimulados para que possam se desenvolver, bem como ela passa a compreender o que é convívio social, assim como respeitar o próximo e suas singularidades. É importante destacar que a Educação infantil realiza um papel fundamental na inclusão da criança com necessidades especiais no convívio social e na aprendizagem, bem como desenvolver nas crianças atitudes de empatia, tolerância, respeito e amor com o próximo.

3. A IMPORTANCIA DE UM PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PAUTADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Camargo (2017, p. 1) “a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Para todos os grupos de pessoas, no processo de reconhecimento e valorização da sua identidade”. Portanto, a inclusão é um processo de extrema importância, para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades.

É notório que a inclusão vai além da educação. Sendo assim, a inclusão propõe ambientes acessíveis, seja ele educacional ou não. Isso, mostra o quanto é fundamental o envolvimento da sociedade, dos professores e de políticas públicas que atendam as demandas, para que possam estabelecer não só uma educação inclusiva, mas, sim uma sociedade inclusiva.

O sancionamento da Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996, ressalta no Art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Martins (2012, p. 29) enfatiza que é fundamental pensar a complementação de cursos de formação de professores e demais profissionais da área, pois, já foi reconhecida pela Portaria Ministerial 1.793 (1994), que incluam disciplinas específicas dedicadas aos aspectos ético-político-educativos.

É previsível, portanto, que, durante a formação inicial e a graduação, todos os futuros professores do ensino fundamental devam desenvolver habilidades para trabalhar com alunos com necessidades especiais em qualquer fase ou em qualquer tipo de ensino para implementar a Educação Inclusiva. Educadores, professores e auxiliares educacionais precisam de uma formação especializada que lhes possibilite uma compreensão mínima do problema.

Segundo Martins (2012, p. 32), os professores precisam estar aptos a enfrentar a realidade escolar, portanto:

A formação dos profissionais de ensino, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado. Para aprimorar a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, atenção especial deve ser atribuída também à sua formação continuada, de acordo com os princípios de atenção à diversidade.

Pimentel (2010) discorre sobre a formação do professor como norma para assegurar a inclusão de alunos com deficiência na escola, assim, como seus saberes que são fundamentais, tendo formação inicial e continuada colocando em execução pelas instâncias competentes

buscando, trazendo opiniões de maneiras formativas.

Defende que a formação do professor para uma escola inclusiva, como dito anteriormente, não deve ficar apenas na formação inicial que dá base concreta (Licenciatura), mas continua durante o tempo de vida e de profissão enquanto professor. Pois é de extrema importância o professor ter saberes, tais como o reconhecimento da peculiaridade e da diversidade durante o período de aprendizagem, saber identificar a potencialidade de cada estudante com deficiência ou não, assim se planejar nas suas práticas pedagógicas de acordo com a necessidade de cada um, adaptando ao seu currículo escolar, por exemplo, mudanças de objetivos, metodologias, ou recursos didáticos. Por isso que o local para a formação inicial do professor deve ser dentro da Universidade e depois dando continuidade na formação, sempre buscando mais.

A formação permanente, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se presente, oferecendo-lhes condições de entendimento educacional que sejam adequados às suas condições e necessidades e, não apenas, realizadas a mera intenção física desses educado no ambiente escolar. (Martins, 2012, p. 33).

A formação dos professores nesse contexto de inclusão permite adquirir conhecimentos e habilidades para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula, entendendo as especificidades de cada um e criando estratégias de ensino que se adequem às suas necessidades individuais. Isso implica conhecer e compreender as diferentes deficiências e transtornos que podem afetar o desenvolvimento e aprendizado dos alunos, bem como as práticas pedagógicas mais adequadas para atender a cada caso.

Além disso, a formação em Educação Especial e Educação Inclusiva também contribuem para a promoção de uma cultura de inclusão nas escolas, que vai além do contexto da sala de aula. Os professores são capacitados a identificar e combater atitudes discriminatórias, a desenvolver atividades inclusivas que promovam a participação e a colaboração de todos os alunos e a trabalhar em parceria com outros profissionais da área para atender às necessidades específicas dos alunos com e sem deficiência.

Outro aspecto importante é que a formação implica em elaborar materiais didáticos acessíveis, adaptar o ambiente físico e virtual da escola, e utilizar recursos que facilitem e potencializem a aprendizagem de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre educação especial e educação inclusiva no processo de formação de professores permitiu uma reflexão profunda sobre os avanços, os desafios e as lacunas ainda existentes na prática docente voltada para o acolhimento da diversidade. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que, embora os marcos legais e conceituais garantam o direito à educação para todos, a realidade educacional brasileira ainda apresenta fortes resquícios de práticas excludentes, sustentadas por currículos que não contemplam adequadamente a diversidade humana. A inclusão, compreendida como princípio ético e político, requer mais do que a presença física de alunos com deficiência nas escolas regulares. Exige uma mudança estrutural nas práticas pedagógicas, nas concepções de ensino e na formação dos profissionais que atuam na educação básica e superior.

A análise permitiu constatar que muitos cursos de licenciatura ainda apresentam deficiências em suas grades curriculares no que se refere à abordagem de conteúdos voltados à educação especial e inclusiva. A ausência de disciplinas específicas ou a superficialidade com que são tratadas contribui para a reprodução de um modelo de ensino que não reconhece plenamente a complexidade dos processos de aprendizagem dos alunos com deficiência. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de reformulações curriculares que assegurem a presença de conteúdos significativos, capazes de preparar os futuros docentes para atuar com competência, empatia e responsabilidade diante da diversidade. Essa preparação deve ser pautada em uma visão crítica e reflexiva da realidade escolar, considerando os múltiplos fatores que interferem na inclusão educacional.

Além da formação inicial, é indispensável considerar a importância da formação continuada como mecanismo essencial para o aprimoramento das práticas inclusivas. Os professores em exercício necessitam de espaços formativos permanentes que proporcionem atualizações teóricas, trocas de experiências e suporte para a construção de estratégias pedagógicas adequadas às diferentes necessidades educacionais. Essa formação deve estar articulada com as demandas concretas das escolas, permitindo ao docente reconhecer os obstáculos enfrentados e desenvolver formas criativas de superá-los. Nesse contexto, as políticas públicas educacionais precisam assumir um papel mais efetivo na garantia de condições materiais e formativas que viabilizem a educação inclusiva em sua plenitude.

Outro aspecto relevante que emergiu da pesquisa é a relação entre inclusão e transformação social. A escola, como espaço privilegiado de construção de saberes e valores, deve ser capaz de promover o respeito às diferenças e a valorização da singularidade de cada sujeito. Para isso, é fundamental romper com práticas pedagógicas padronizadas que desconsideram a heterogeneidade dos alunos. A formação de professores deve contribuir para

o desenvolvimento de uma postura ética e crítica diante das injustiças sociais, estimulando o engajamento em práticas educativas comprometidas com a equidade e a justiça. A inclusão não pode ser tratada como um favor ou uma concessão, mas como um direito inalienável de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais.

Conclui-se, portanto, que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende, em grande medida, da qualidade da formação docente. É por meio dessa formação que será possível construir uma escola democrática, acessível e acolhedora, na qual todos os alunos possam aprender e se desenvolver com dignidade. Para tanto, é necessário um compromisso coletivo envolvendo instituições de ensino superior, gestores educacionais, professores e a comunidade escolar em geral. Somente com ações integradas e fundamentadas em princípios éticos, pedagógicos e políticos será possível avançar rumo a uma educação que reconheça e valorize a diversidade como riqueza e condição essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BETT, Monica Bez Batti. BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. BONFANTE, Juliana Gaspar. Colombo. Contribuições de Giroux, Tardif E Contreras Para Pensar A Formação De Professores **Ver. Int. de Form. De Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 3, n.3, p. 79-93, jul./set., 2018.

BRASIL, Republica Federativa do. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. BRASILIA: 1996.

BRASIL. **LDB 9393/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 2. Ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 155-177, 2016.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **EDITORIAL • Ciênc. educ.** (Bauru) 23 (1) • Jan-Mar 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA Fontes, Renate de. Educação inclusiva & educação especial: proposta que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação. Revista do Centro de Educação**, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Editora Cortez, São Paulo, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, v. 40, p. 629-650, 2015.

LINO, Lucília Augusta; LOPES, Giovana Cerqueira. Educação de jovens e adultos e educação especial no contexto da educação inclusiva: confluências. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 46-72. maio de 2021.

MARTINS, Maria Helena; JESUS, S. N. Da educação especial à escola inclusiva. **CD Stobaus, & JJ Mosqueira, Educação Especial: em direcção à educação inclusiva**, p. 61-76, 2012.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. O ensino de arte e a formação de professores. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 177-187, 2010.

PLAISANE, ERIC. **Da educação especial à educação inclusiva**: esclarecendo as palavras para definir as práticas. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Ver. Atual. São Paulo: Cortez, 2007.